



A CENSURA DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS E SUAS JUSTIFICATIVAS

THE CENSORSHIP ON COMIC BOOKS AND IT'S JUSTIFICATIONS

*Carlos Eduardo da Cunha de Souza**

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Paulo, Brasil

ORCID: 0009-0008-1540-9219

*Autor correspondente (e-mail: carlos.souza@estudante.ufscar.br)

RESUMO

A censura de livros é uma prática que data de séculos atrás. No presente artigo, analisamos diferentes tentativas de censurar obras em quadrinhos. Para esta escrita, selecionamos três casos que ganharam repercussão em níveis municipais, nacionais e internacionais, observando quais foram as ações usadas para censurar as obras e a repercussão que tiveram, enquanto analisamos os discursos que motivaram tais ações. Nota-se que a censura de livros ocorre como uma ação política que tenta minar a participação política e social de determinados grupos, muitas vezes chegando a distorcer fatos e utilizar-se de desinformação para basear ataques. Grande parte dos discursos que tentam justificar a censura de uma obra se dá ao fato de a obra em questão conter alguma forma de ofensa à “moral e aos bons costumes” - tal discurso por vezes ataca grupos minoritários que ainda hoje lutam para construir uma participação social, de modo a apagar suas lutas e banalizar seu sofrimento, vilanizando-os.

Palavras-chave: Acesso à informação; Biblioteconomia crítica e progressista; Censura de livros; Comunidade Queer; Discurso de ódio.

ABSTRACT

Book censorship is a practice that dates back centuries. In this article, we analyze different attempts to censor comics. To write this article, we selected three different cases that gained notoriety at the municipal, national, and international levels. We observe the actions used to censor the works and their impact, while analyzing the discourses that motivated such actions. It is clear that book censorship occurs as a political action that attempts to undermine the political and social participation of certain groups, sometimes distorting facts and using misinformation to support attacks. Much of the discourse that attempts to justify censorship of a work is based on the fact that the work in question contains some form of offense to "morals and good customs" - such discourse sometimes attacks minority groups that still struggle to build social participation, erasing their struggles and trivializing their suffering in order to vilify them.

Keywords: Access to information; Critical and progressive librarianship; Book censorship; Queer community; Hate speech.

1. Introdução

O dicionário define censura enquanto “restrição, alteração ou proibição imposta às obras que são submetidas a um exame oficial, sendo este definido por preceitos morais, religiosos ou políticos”, vetado pelo art. 220 da Constituição Federal de 1988, que reforça o caráter da liberdade e da censura como um ato inconstitucional. Podemos buscar apoio na Declaração Universal dos Direitos Humanos, escrita em dezembro de 1948, mais especificamente em seu art. 19, que determina que “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (UNESCO, 1948, p. 1).

O art. 27 da mesma declaração ainda trata da censura, embora nesse caso seja mais voltado ao acesso a diferentes materiais que possam estar por trás de algum bloqueio, visto em:

1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.
2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor (UNESCO, 1948, p. 1).

Ao observarmos tais documentos, percebemos a maneira veemente que condenam a censura e defendem não só a liberdade de expressão, mas a liberdade individual ao acesso à informação e diferentes formas de cultura. É de se esperar que a censura tenha se tornado uma tática obsoleta que, assim como os regimes nazifacistas que assolaram a Europa e tiveram seus fins juntos à Segunda Guerra Mundial, edificando a democracia que, para Oliveira (2016) e Fiss (2005), deve construir uma relação amigável entre o Estado de Direito e a liberdade de expressão, ao escolhermos silenciar determinadas vozes em prol de outras. Entretanto, essa não é bem a realidade que presenciamos no século XXI.

De acordo com Viana (2023), o ato de censurar livros e tentar de diferentes formas reprimir o seu conteúdo é um acontecimento tão antigo quanto a própria escrita, e ainda assim mostra ser um assunto que não contém ampla literatura científica no Brasil, país que sofreu com tais atos em diversos momentos da sua história, mas em especial durante os 21 anos de regime militar. Em complemento, Pinheiro (2021) relaciona a história das bibliotecas com a história da censura, imposta por forças de poder político, cultural e religioso que exercem influência na formação de consciência de seus usuários.

Pensando em formas para os bibliotecários se relacionarem com a censura, ou melhor, o chamado que deve ser feito combatendo-a, podemos citar o argumento de Vergueiro (1987, p. 2): “Contrapondo-se ao conceito de censura, deve-se colocar o de liberdade intelectual, podendo esta ser definida como o direito dos usuários de ter acesso a todos os aspectos de todas as informações, sem que este acesso seja restrito sob hipótese alguma”.

Diversas razões podem levar à censura de uma mídia, porém é comum, em determinadas ocasiões, ocorrer por motivos ideológicos, em que obras são atacadas por áreas mais conservadoras da sociedade ao retratarem alguma ideia da qual elas discordem – ou, em casos mais específicos, essa ideologia se faz presente apenas no simples fato da existência de um personagem pertencente a um grupo minoritário, a chamada lacração, termo surgido originalmente na comunidade *queer*, sendo uma expressão equivalente a “se sair bem”¹, mas

¹Conforme observado e discutido em: <<https://oglobo.globo.com/ela/nascido-em-ambientes-lgbts-termo-lacracao-sofre-apropriacoes-perde-forca-nas-redes-24092018>>. Acesso em: 04 jan. de 2024.

fora do espectro masculino cis hétero ou de cor em grandes produções.

2. Referencial teórico e metodologia

Neste artigo, analisaremos alguns casos recentes de censura com teor ideológico. Nosso principal objeto de análise serão livros que foram reprimidos por conterem alguma referência ou personagens que se encontrem dentro da definição queer, minorias sexuais ou de gênero, com exceção a uma obra censurada devido a diversas razões, mas que, ao observamos o discurso utilizado para justificativa, percebemos ser familiar ao usado em obras que se relacionam com a pauta queer. Para servir de base à análise, também houve a condução de uma revisão bibliográfica sobre o que já se encontra disponível sobre a temática de censura dentro da academia.

A realização do presente trabalho se deu a partir da análise das justificativas utilizadas por aqueles que buscaram atacar a livre circulação das três obras selecionadas. Para tanto, nós fomos atrás dos discursos utilizados e registrados por meio da divulgação dos casos em notícias publicadas pela mídia jornalística ou em autos digitais, como a gravação da sessão realizada na Câmara Municipal de São Carlos. Como observamos anteriormente, os três casos utilizam uma construção de sentido e um objetivo semelhantes.

Para tanto, foi feito um recorte temporal, buscando casos que ocorreram dentro dos cinco anos que precederam a escrita do presente artigo. Foram analisados três casos em específico, os quais aparecem listados em ordem cronológica. Escolhemos essas três situações em especial por terem gerado repercussão em nível municipal, nacional e global. Além dos casos analisados, também está contido neste artigo uma breve análise da campanha Bibliotecas Que Não Se Calam, que relata diferentes censuras ocorridas dentro do ambiente informacional.

3. Resultados de pesquisa

3.1. Bibliotecas Que Não Se Calam

Antes de analisarmos os livros propriamente censurados, gostaríamos de comentar uma iniciativa que ocorreu no ano de 2020. A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecas, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), em comemoração ao Dia do Bibliotecário, lançou uma campanha com o intuito de levantar a pauta da valorização de bibliotecas enquanto espaços democráticos. Essa campanha ficou conhecida pelo nome Bibliotecas Que Não Se Calam². Além da bibliografia que introduz diferentes formas para tratar a censura dentro dos ambientes informacionais, também foi disponibilizado um índice de livros censurados no Brasil e 24 relatos de bibliotecários sobre diversas censuras dentro de seus espaços de trabalho. Entre esses relatos, cinco deles são de profissionais que afirmam terem sido vítimas de censura devido a obras ou atitudes de solidariedade com a população *queer*, sendo esses casos citados nos relatos 3, 7, 10, 11 e 15 disponíveis na página da campanha.

Algumas das atitudes citadas pelos bibliotecários foram a remoção do livro do acervo, sem o consentimento da bibliotecária responsável, e a instrução de que deveria ser negada a existência de tal obra, uma vez que havia a representação de dois homens se beijando (relato

²Disponível em: <<http://febab.org.br/censurado/>>. Acesso em: 07 jan. de 2024.

3); o pedido para esconder livros com temática *queer*, devido ao medo de causar problemas (relatos 7 e 15); a remoção de fotos das redes sociais da instituição, pois havia a imagem de um arco-íris em suporte ao mês da diversidade sexual, em junho (relato 10); e o veto da incorporação de um livro específico ao acervo, dado que pela obra conter um menino em um vestido, a direção da escola, responsável pela biblioteca, temia que o acesso de crianças a essa obra incentivasse a prática (relatos 11 e 15).

Tais relatos servem para exemplificar e registrar como ainda atualmente a censura contra pessoas *queer* acontece dentro de nossa sociedade. Ademais, eles também nos fornecem a chance de observar a censura chegando aos profissionais, por vezes vindo de forma agressiva e partindo de setores que se situam hierarquicamente acima dos profissionais, sendo acompanhada de ameaças. Outro ponto que esse material nos permite observar é a reação dos profissionais da informação. Embora na maioria dos casos tenham sido obrigados a ceder aos censores, é notável que todos se sentiram tristes e repudiaram as ações, cedendo a elas apenas devido ao medo de consequências, como agressões físicas e psicológicas ou a perda do emprego.

3.2. Vingadores e a Cruzada das Crianças (setembro de 2019): tentativa de censura na Bienal

O primeiro caso a ser citado de forma concreta neste artigo é o incidente ocorrido na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, em setembro de 2019. No caso em questão, o político Marcelo Crivella, filiado ao partido Republicanos e, à época, prefeito da cidade do Rio de Janeiro, foi às redes sociais pedir que o evento removesse do estande de vendas uma *graphic novel* da editora Marvel que continha uma cena na qual dois jovens do sexo masculino se beijavam.

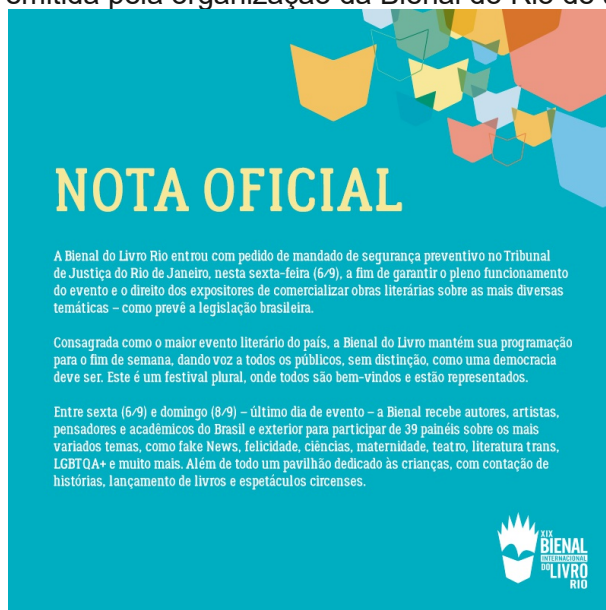
Entre as alegações feitas pelo político, estavam a de que a obra trazia conteúdo sexual para menores, que tais assuntos eram impróprios para a idade do público e que era necessário proteger as crianças. Cabe observar aqui que não será a única vez neste artigo que notaremos crianças sendo usadas como uma espécie de escudo para justificar a censura, enquanto usam discursos que evocam a necessidade de protegê-las e sua inocência (Leite, 2019).

A fala do político gerou duas respostas, sendo uma por parte da organização do evento e outra vinda do próprio público. A organização postou uma nota, que pode ser vista abaixo, em que se lia: “A Bienal do Livro mantém sua programação para o fim de semana, dando voz a todos os públicos sem distinção, como uma democracia deve ser”. Por parte do público, a reação foi a compra massiva da obra, de modo que no dia seguinte às falas do prefeito os exemplares da *graphic novel* se esgotaram em menos de uma hora após a abertura dos portões do evento. Aqui observa-se a confirmação de uma das falas de Judith Butler, ao afirmar que “o esforço para restringir o termo culmina em sua própria proliferação” (Butler, 2021, p. 215).

Na fala do prefeito, há a alegação da necessidade de proteger as crianças e os jovens de tais conteúdos. Por vezes, esse discurso é acompanhado de falas que remetem à causa *queer* e ao consumo dessas mídias por crianças à pedofilia, uma acusação da qual não há provas ou relação direta. Leite (2019) reflete que para que esse discurso seja validado, a direita política utiliza a imagem da criança como um ser indefeso, suscetível a ideias e que pode ser facilmente manipulado por pedófilos ou predadores sexuais. A ideia desse discurso é criar um cabo de guerra ideológico, no qual se coloca em uma ponta os defensores dos direitos queer, geralmente associados às pautas de esquerda, enquanto no outro extremo estariam os

defensores dos direitos das crianças e adolescentes. A autora ainda comenta o fato de que muitos dos discursos oriundos da vertente evangélicas apontam que movimentos populares, a exemplo do movimento feminista ou *queer*, buscam a destruição da família e do padrão heteronormativo que conhecemos, em substituição a um modelo que colocaria as crianças numa posição sexualizada, muitas vezes fazendo alusão à homossexualidade ou à liberdade de expressão de gênero e sexualidade.

Figura 1: Nota emitida pela organização da Bienal do Rio de Janeiro de 2019



Fonte: Instagram @bienaldolivro, 2019

3.3. "Maus" (janeiro de 2022): a quem convém censurar a memória dos sobreviventes?

No ano de 1992, a *graphic novel* "Maus: A história de um sobrevivente", foi agraciada com o prêmio Pulitzer, sendo a primeira e, até hoje, a única HQ que recebeu uma das mais importantes premiações do jornalismo. A narrativa do livro parte do ponto de vista do autor Art Spiegelman, que narra as conversas e entrevistas realizadas com o próprio pai, um sobrevivente do campo de concentração e extermínio de Auschwitz, na Polônia ocupada pela Alemanha nazista de 1939 a 1945.

Em janeiro de 2022, a obra foi banida da lista de leituras recomendadas para alunos da oitava série em um distrito escolar do Tennessee, nos Estados Unidos. Segundo a matéria que foi veiculada na Public Broadcasting Service, a justificativa utilizada pelo conselho escolar em questão foi de que o livro continha linguagem imprópria para adolescentes de 13 e 14 anos, além de uma cena de nudez. Cabe aqui fazer duas observações sobre esse argumento. A primeira seria em relação ao contexto em que se dá tal cena, pois acontece em determinado momento em que o pai do autor está explicando a seu filho como se sucedeu a vinda aos campos de concentração e extermínio nazistas, onde aqueles que ali chegavam passavam por um processo de seleção, no qual os prisioneiros eram obrigados a se despir e se apresentar perante os oficiais nazistas. Se isso só não fosse o bastante para derrubar o argumento de que aquela não era uma situação comum e de que a nudez explícita não busca ter algum efeito de erotismo no leitor, pensa-se então na metalinguagem da obra, em que cada grupo étnico é representado por um diferente animal: os judeus, independentemente de sua nacionalidade, são representados por ratos; os alemães, seus perseguidores, por gatos. Abaixo colocamos a

referida cena a fim de demonstrar a metalinguagem da obra e o contexto em que ocorre a nudez.

Figura 2: Recorte de "Maus" utilizado para justificar a censura



Fonte: acervo do autor

O banimento e a censura causaram alvoroço, dado que se baseiam em argumentos sem lógica, pois a obra era usada há anos para a educação de jovens sobre o holocausto, incentivando o desenvolvimento crítico – pontos esses que foram, inclusive, reforçados pelo Museu do Holocausto, nos Estados Unidos, em suas redes sociais³, como apresentado abaixo, em que se lia a seguinte afirmação: “Maus tem um papel fundamental na educação sobre o Holocausto através do compartilhamento detalhado de experiências pessoais das vítimas e sobreviventes” (tradução nossa). O museu ainda complementa: “Ensinar sobre o Holocausto com livros como Maus pode incentivar alunos a pensarem de forma crítica sobre o passado e suas responsabilidades hoje” (tradução nossa).

Uma vez que esses pontos foram levantados, voltamos à pergunta feita no subtítulo desta seção: “a quem convém censurar a memória de um sobrevivente?”. Para respondermos, será utilizada a definição do negacionismo feito por Clemente (2014), movimento nascido durante o pós-guerra, com uma vertente intelectual de extrema-direita que faz uso da produção de uma literatura que imita uma aparência historiográfica, a fim de negar o extermínio de judeus e outros grupos étnicos, durante a Segunda Guerra Mundial. O intuito de tal movimento é desfazer a imagem negativa do nazismo e fomentar a introdução e o desenvolvimento de grupos neonazistas em nossa sociedade.

A mesma pergunta foi feita pelo autor britânico Neil Gaiman, chegando à mesma conclusão. No dia 26 de janeiro de 2022, ele publicou em suas redes sociais a seguinte frase: “Há apenas um tipo de pessoa que votaria em banir Maus, independente de como eles se chamam hoje em dia” (tradução nossa)⁴.

³As postagens citadas podem ser conferidas na íntegra e no inglês original em: <<https://twitter.com/HolocaustMuseum/status/1486526106203209729>>. Acesso em: 05 jan. 2024.

⁴A postagem original feita pelo autor pode ser encontrada em: <<https://twitter.com/neilhimsself/status/1486473393075802112>>. Acesso em: 05 de jan. 2024.

3.4. "Heartstopper" (outubro de 2023): ataque às bibliotecas de São Carlos

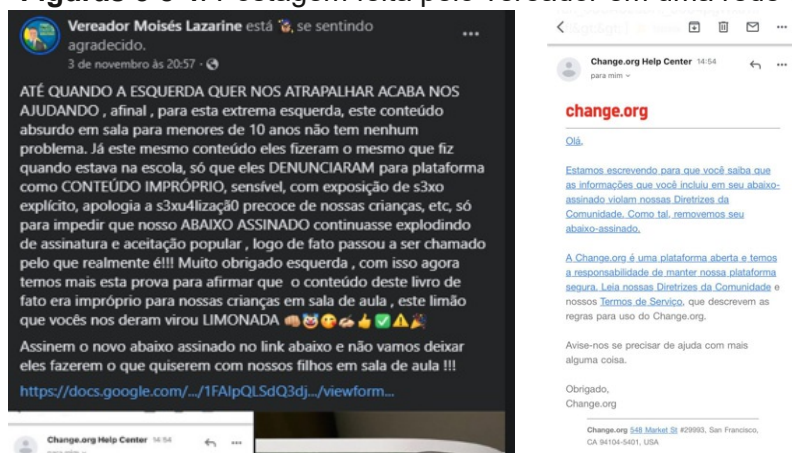
O caso mais recente a ser citado neste artigo ocorreu no final de outubro de 2023, quando o vereador Moisés Lazarine, filiado ao partido União, da cidade de São Carlos, no interior de São Paulo, proferiu falas homofóbicas ao relatar o empréstimo da obra "Heartstopper", uma narrativa sobre a história de dois jovens estudantes do colegial e a relação de ambos em torno das próprias sexualidades e descobertas românticas.

O político apontou em seu discurso que a obra continha linguagem e teor impróprios para jovens, além de que a escola e a biblioteca responsáveis pelo empréstimo estariam contribuindo para o crime hediondo de pedofilia e aliciamento infantil. Nota-se que as falas e a postura do vereador são semelhantes ao ocorrido na Bienal do Livro, citado anteriormente. Ademais, ao relacionar falas de teor sexual, presentes em uma obra com personagens adolescentes, com pedofilia e aliciamento de menores, podemos concatenar este caso com o pensamento de Butler (2021), no qual conservadores tratam o discurso sexual como um ato sexual.

De acordo com o vereador, o livro foi pego na biblioteca da Escola Municipal Dalila Galli – afirmação desmentida pela diretora da escola⁵. Segundo a diretora e professora Edivilma Duarte Leite Garcia, a obra fazia parte do acervo da Biblioteca Municipal Ana Celina da Silva Escobal, que, apesar de ser vizinha da escola citada, não faz parte de suas dependências e se trata de uma instituição com funcionamento e funcionários próprios, não havendo relação com a instituição municipal de ensino. Assim, a administração da escola não tem controle sobre o acervo da unidade da informação, já que tal responsabilidade compete ao Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) da cidade de São Carlos e aos demais órgãos municipais responsáveis.

Entre as ações e os discursos tomados pelo vereador, podemos citar a criação de um abaixo-assinado para que fosse feita a remoção do material nas bibliotecas públicas do município de São Carlos. Entretanto, a plataforma online utilizada para a coleta de assinaturas removeu o conteúdo alegando que ele violava as Diretrizes da Comunidade. Após essa resolução, o vereador voltou a utilizar as suas redes sociais para fomentar seu discurso, afirmando que o motivo da queda de sua petição havia sido devido ao teor explícito da HQ, o que se observa nas imagens a seguir.

Figuras 3 e 4: Postagem feita pelo vereador em uma rede social



Fonte: Facebook, 2019.

⁵Gravação da sessão disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PloS3q5U1gE>> Acesso em: 16 dez. 2023. A fala da educadora Edivilma Duarte Leite Garcia que vão de encontro às acusações feitas pelo vereador Moisés Lazzarini, a qual citamos neste trabalho, começa aos 00:58:00h.

Não é de hoje que presenciamos na sociedade brasileira a utilização do discurso religioso agregado ao meio político, enquanto arma ideológica de partidos de direita, para lutar não só contra pautas da comunidade *queer*, como também do próprio movimento feminista. Machado (2018) reflete sobre a evolução de tais disputas ideológicas em nossa sociedade desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002, ganhando mais espaço e ocupando diferentes locais que transcendem as casas dos Poderes Legislativo e Executivo, chegando inclusive a organizações religiosas, em que sacerdotes utilizam a fé como argumento e evocam a figura divina como autoridade moral.

Bortolini e Vianna (2022) nos convidam a refletir sobre a ascensão de movimentos reacionários no Brasil após os episódios políticos de 2013. Por vezes munidos do discurso de que é necessária a proteção da inocência infantil, políticos de direita e lideranças religiosas começaram a se opor veementemente à discussão de gênero e sexualidade nas escolas, argumento utilizado pelo vereador Moisés, supracitado. Após as manifestações de 2013, o ataque às questões de gênero deixou de ser uma simples manifestação contra políticas sexuais, mas usado como uma arma contra a esquerda de modo geral, sendo um dos principais argumentos em pautas reacionárias que tentam associar a liberdade de expressão de gênero e sexual ao aliciamento de pessoas menores de idade. Tomando essa conclusão, ainda é possível relacionar com uma observação feita por Santos e Dal'Evedove, (2024). Sobre a situação em que o vereador buscou mobilizar a opinião pública contra “Heartstopper”, afirmando que cabia aos pais a educação sexual das crianças e que se faz cada vez mais necessário combater a ideologia de gênero, as pesquisadoras ainda associam o ato de censurar obras presentes em espaços educacionais ou culturais, frequentados por jovens, como uma forma de imprimir uma agenda ao atacar a formação do pensamento crítico de futuras gerações.

4. Considerações finais

Ao observarmos os casos aqui expostos e analisados, podemos nortar que a censura nunca parte de um simples momento, mas que, muitas vezes, acontece por meio de ações a fim de minar uma obra ou grupo específico. Ainda seria possível citar outras obras, mídias e casos que sofreram represálias e atos de censura devido a seus conteúdos, em especial aqueles que de alguma forma se relacionam com a comunidade *queer*. Percebe-se que algo veiculado como um simples ato de remover de circulação determinado conteúdo pode trazer implicações mais perversas, podendo se tratar do silenciamento de vozes que lutam para achar espaços e grupos minoritários. Para tanto, não seria um erro refletir que:

O Brasil tem sido palco nos últimos anos de diferentes controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. Essas controvérsias se articulam em um cenário de fortalecimento de conservadorismos e têm como pontos de interseção o confronto de moralidades em relação ao gênero e à sexualidade e a mobilização do discurso de defesa das crianças e dos adolescentes. (Leite, 2019, p. 4)

Em todos os casos citados neste artigo houve sempre um discurso de preservação da moral e bons costumes, sendo necessário censurar mídias para que não divulgassem imagens ou falas de baixo calão, tudo ao preço de manter as crianças salvas – ou ao menos é esse o discurso que aqueles que incentivam tais atos utilizam. Contudo, ao examinar de forma atenta, outros detalhes poderiam escapar a um espectador desatento, como o fato de sempre existir uma ideologia que alimenta tal discurso. É preciso reparar que construções sociais históricas, como a violência de gênero e sexual, não podem ser reduzidas a casos pontuais ou pessoais (Piovezani, 2023), ou a um “ato na conduta específica de um sujeito” (Butler, 2021, p. 135).

Nos casos tratados ao longo desta pesquisa, houve a tentativa de silenciar diferentes vozes que ainda lutam por espaço dentro da sociedade. Uma vez que a liberdade de expressão desses grupos é minada, ocorre o apagamento de suas memórias, subestimando suas dores e traumas, afrontando assim sua resistência e participações sociais Piovezani (2023). Quando discorremos acerca das obras atacadas em 2019 e 2023, referimo-nos ao ataque de um grupo que historicamente esteve em situação de vulnerabilidade e que só começou a reivindicar seus direitos e espaços na segunda metade do século XX, ao passo que a represália contra “Maus” banaliza um dos momentos mais sangrentos da história humana e abre precedentes para o negacionismo de um dos maiores, e mais recentes, genocídios da humanidade.

Cabe ressaltar como os três casos expostos foram prontamente desmantelados e levantaram a resistência social. Seja a partir de respostas diretas por usuários e consumidores que deveriam ser mantidos longe das obras atacadas, seja até mesmo por manifestações públicas de órgãos institucionais ou figuras públicas, endossando a importância das obras e os valores históricos e culturais que representam. Mesmo no século XXI, a sexualidade e sua consequente discussão ainda são um tabu que necessita ser quebrado. Ponderando que a divulgação da informação e a representação das diferentes formas de amor performance de gênero podem se fazer presentes em diferentes mídias, é possível perceber uma repulsa oriunda dos setores sociais conservadores, incluindo políticos que se encontram dispostos a diferentes formas de repressão para garantir que tais discursos dissidentes sejam silenciados. Foucault (1999) discorre que “estamos muito longe de haver constituído um discurso unitário e regular da sexualidade; talvez não cheguemos nunca a isso e, quem sabe, não estejamos indo nessa direção”, sendo possível assumir que reduzir sexualidade a palavras é mais complexo do que imaginamos.

Considerando os agentes da informação, nossa missão deve ser a de manter o acesso livre aos usuários a qualquer tipo de informação que busquem, prezando sempre pela democratização do conhecimento, ainda que por vezes isso signifique enfrentar censuras, repressões e buscar por alternativas para combatê-las. Portanto, cabe aos centros da informação e seus profissionais desempenharem para além do papel de mediadores da informação um papel de resistência e combate à censura, embora para tanto ainda precisemos pensar em formas de garantir a segurança do profissional, a praticidade e eficácia de ações que preservem a liberdade de expressão e o conhecimento livre e democrático. Nesse sentido, buscamos apoio nas ideias de Fiss (2005): o Estado tem a responsabilidade de atuar como um promotor de políticas públicas e liberdade de expressão, oferecendo, assim, respaldo para que possamos promover uma educação crítica e o acesso pleno à informação.

Esperamos que este artigo sirva não apenas para registrar alguns dos casos de censura a histórias em quadrinhos que ocorreram na última década, mas instigar que mais pesquisadores investiguem esse tema por uma ótica científica, principalmente no que diz respeito a como tal ferramenta vem sendo utilizada por grupos que tentam minar a participação social de grupos minoritários, historicamente marginalizados e vítimas de diferentes formas de violência e opressão.

Referências

BORTOLINI, A; VIANNA, C. P. Política de educação em gênero e diversidade sexual: histórico e presente da experiência brasileira. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp. 3, nov. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16691/14966>. Acesso em: 7 jan. 2024.

BUTLER, J. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. [S.l.]: Editora UNESP, 2021.

CENSURA na biblioteca. Produção: A. V. PINHEIRO. [S.l.]: SIBI UFBA. 2021. Vídeo (1h40min34s). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34753>. Acesso em: 5 set. 2025.

CLEMENTE, O. C. **Arthur Butz e os procedimentos de negação do holocausto**. Nova Iguaçu: UFRRJ, 2014. Disponível em: <https://devrima.ufrj.br/jspui/bitstream/1235813/3289/1/CLEMENTE%2c%20Ol%20via%20Cascardo.%20Arthur%20Butz%20e%20os%20procedimentos%20de%20nega%20ção%20do%20holocausto.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2024.

CRIVELLA pede para recolher livro dos Vingadores vendido na Bienal. **G1**, 5 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/05/crivella-pede-para-recolher-livro-dos-vingadores-vendido-na-bienal.ghtml>. Acesso em: 8 jan. 2024.

FISS, O. M. **A ironia da liberdade de expressão**: estado, regulação e diversidade na esfera pública. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

FORLANI, M. Maus - A História de um Sobrevivente. **Omelete**, 2019. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/quadrinhos/criticas/hq-imaus-a-historia-de-um-sobreviventei>. Acesso em: 5 jan. 2024.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

HOLOCAUST novel 'Maus' banned in Tennessee school district. **PBS NEWS HOUR**, 2022. Disponível em: <https://www.pbs.org/newshour/arts/holocaust-novel-maus-banned-in-tennessee-school-district#:~:text=ATHENS%2C%20Tenn.,minutes%20from%20a%20board%20meeting>. Acesso em: 5 jan. 2024.

LEITE, V. Em defesa das crianças e da família: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos "conservadores" em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sex., salud., soc.**, Rio de Janeiro, v. 32, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/Cc68BmV888KZbTkjwr495M/#>. Acesso em: 8 jan. 2024.

MACHADO, M. D. C. O discurso cristão sobre a "ideologia de gênero". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018.

OLIVEIRA, W. V. D.; FISS, Owen M. A ironia da liberdade de expressão: Estado, regulação e diversidade na esfera pública. **Rev. Fac. Dir.**, Uberlândia, v. 44, n. 2, jan./jun. 2016. p. 137-142. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/37825/24101>. Acesso em: 27 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. **UNICEF Brasil**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 4 jan. 2024.

PIOVEZANI, C. B. J. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. [S.l.]: Editora Unesp; DELTA., 2023. p. 39-40 p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/Px3NG7dLBvMFNVGmNNwnCsv/?lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2025.

SANTOS, G. S.; DAL'EVEDOVE, P. R. Censura em bibliotecas escolares brasileiras: desafios para a promoção da diversidade. **SEMINÁRIO INFORMAÇÃO INOVAÇÃO E SOCIEDADE**, 9, 2024, São Carlos. **Anais eletrônicos...** São Carlos: UFSCar, 2024. Disponível em: <https://www.telescopium.ufscar.br/index.php/iv-siis/ivsiis/paper/viewFile/586/505>. Acesso em: 15 ago. 2025.

VERGUEIRO, W. C. S. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciências da Informação**, Brasília, n. 16 (1), 1987. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/266/266>. Acesso em: 8 jan. 2024.

VIANNA, R. T. **Páginas proibidas**: censura de livros no Brasil. Florianópolis: UFSC, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/252617/TCC_Paginas-Proibidas-Censura-Livros-Brasil.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 9 jan. 2024.



A **Revista de Comunicação Dialógica** (RCD) é editada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição- Não Comercial- Compartilha Igual 4.0 Não Adaptada.

Link: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Recebido em: 05/09/2025

Aprovado em: 07/12/2025